



J O R N A L ABDER - Fevereiro / Março 2005

Índice

ABDER ANALISA ARRECADAÇÃO E REPASSES DA CIDE
PROGRAMA BÁSICO PARA 2005 PRIORIZA BUSCA DE RECURSOS PARA O SETOR RODOVIÁRIO
10º ENACOR - SANTA CATARINA ESPERA POR VOCÊ NOS DIAS 4 A 7 DE OUTUBRO
ESTADUALIZAÇÃO DE RODOVIAS
AGO EM FLORIANÓPOLIS
GRUPO DE TRABALHO NO DNIT
FÓRUM NA INTERNET
EM BUSCA DE PERSPECTIVAS OTIMISTAS PARA 2005
PROPOSTA DE GESTÃO VIÁRIA E AMBIENTAL PARA A AGETOP/GO RECEBE PRÊMIO DO CREA
ABDER TEM NOVO DIRETOR DE PROGRAMAS ESPECIAIS
ABDER ANALISA ARRECADAÇÃO E REPASSES DA CIDE
ESTADUALIZAÇÃO FOI TEMA DE REUNIÃO DO GRUPO DE PROCURADORES JURÍDICOS
ROSEMBERG DEFENDE ESTADUALIZAÇÃO COM GESTÃO INTEGRADA
GAP - SISTEMA DE GESTÃO DO PASSIVO AMBIENTAL

ABDER ANALISA ARRECADAÇÃO E REPASSES DA CIDE

Não é de hoje que a questão da CIDE leva aos principais jornais do país, consultores, economistas, governadores e dirigentes de órgãos rodoviários estaduais, além de personalidades do próprio governo federal, envolvidos com o setor de transportes, para contestar o destino que vem sendo dado aos recursos arrecadados ao longo de sua existência. A ABDER tem buscado levantar dados no que concerne a arrecadação e repasse dos recursos da CIDE no intento de prover seus associados de informações para que possam acompanhar o processo e dar a destinação devida aos recursos. Em 2004 foram arrecadados com a CIDE R\$ 7,81 bilhões e repassados aos estados R\$ 1,16 bilhão.

[Voltar](#)

PROGRAMA BÁSICO PARA 2005 PRIORIZA BUSCA DE RECURSOS PARA O SETOR RODOVIÁRIO

Ao lançar o Programa Básico para 2005, a ABDER buscou manter como objetivo principal a busca de recursos para o setor rodoviário e para tanto continuará atuando junto ao Congresso Nacional, por ocasião da tramitação da Reforma Tributária e de Projetos de Lei que tratem dos transportes, principalmente o que trata da Parceria Público-Privada-PPP. Outros objetivos fundamentais para o ano é a estadualização da malha rodoviária federal vinculada ao repasse de recursos, como os da CIDE, o estabelecimento de diretrizes conjuntas com o Ministério dos Transportes, a aproximação com organismos de crédito e de gerenciamento de transportes, a exemplo do BID e do BIRD e a divulgação das atividades desenvolvidas pelos diversos Órgãos Rodoviários Estaduais com a participação em eventos de nível nacional e internacional com intuito de levar a marca da entidade para estabelecer contatos e propostas. A ABDER também buscará maior entrosamento e participação com o DENATRAN, através dos trabalhos desenvolvidos pelos seus representantes nas Câmaras Temáticas e Fórum Consultivo, dando os subsídios nas tomadas de decisões sobre possíveis alterações na legislação de trânsito vigente, bem como informar todos os associados o andamento desses processos. Os grupos técnicos também serão alvo de atenções especiais durante o ano de 2005 com a realização de Reuniões e intercâmbio de informações pela internet através dos e-grupos e Fóruns, entre técnicos dos órgãos rodoviários estaduais para troca de experiências, objetivando o desenvolvimento de novas metodologias e o aprimoramento tecnológico, incentivando os grupos a atuarem com ênfase na busca de soluções para os órgãos rodoviários estaduais.

O 10º Encontro Nacional de Conservação Rodoviária - ENACOR, a ser realizado em Joinville, Santa Catarina, nos dias 04 a 07 de outubro de 2005, a 34ª REDORE- Reunião de Dirigentes de Órgãos Rodoviários Estaduais e os encontros regionais serão palco de troca de experiências e entrosamento entre os associados da ABDER. Por fim, em 2005, a ABDER pretende contratar uma equipe de biblioteconomistas para catalogação e organização de sua Biblioteca, para que se possa divulgar o acervo para todos os associados. Calendário de Reuniões no site ABDER.

[Voltar](#)

10º ENACOR - SANTA CATARINA ESPERA POR VOCÊ NOS DIAS 4 A 7 DE OUTUBRO

Joinville já se prepara para receber, em 2005, a família rodoviária, para o 10º ENACOR, que promete ser mais um grande marco na história do evento.

[Voltar](#)

ESTADUALIZAÇÃO DE RODOVIAS

A ABDER aguarda a manifestação dos Órgãos rodoviários estaduais acerca da Proposta de Estadualização das Rodovias Federais, uma vez que já a encaminhou a todos os seus associados. A Proposta foi elaborada a partir de reunião realizada entre os Diretores da AGETOP, Carlos Rosemberg, do DER-DF, Brasil Américo e Renato Santana, ex-diretor geral do DER-MG. A ABDER continuará, agora, a sua articulação política junto as bancadas federais e os governadores com relação a Esta-dualização das rodovias federais. A iniciativa dos governadores de Minas Gerais, Aécio Neves e de Goiás, Marconi Perillo que exter-naram interesse em receber as rodovias federais que cortam seus respectivos estados, tem influenciado as discussões acerca do tema.

[Voltar](#)

AGO EM FLORIANÓPOLIS

A ABDER realizou, em 1º de dezembro de 2004 a segunda Assembléia Geral Ordinária do ano, em Florianópolis-SC. Os debates giraram em torno da Proposta de Estadualização de Rodovias Federais, CIDE, participação da entidade nas gestões do DENATRAN, onde já conquistou um espaço considerável, com ampla participação no Fórum Consultivo de Trânsito e nas Câmaras Temáticas, além de assuntos internos da ABDER e dos seus associados, como Programa Básico, orçamento e anuidades para 2005.

[Voltar](#)

GRUPO DE TRABALHO NO DNIT

Luiz Cláudio Varejão, Coordenador de Operações do DNIT, participou da última Assembleia Geral da ABDER para falar sobre as recomendações e determinações do Tribunal de Contas da União para o DNIT no que concerne ao uso oneroso das faixas de domínio das rodovias sob sua jurisdição. Ele informou que, por determinação do Diretor Geral do DNIT, foi criado um Grupo de Trabalho para elaborar estudo com fim específico de encontrar um preço justo e razoável nas utilizações das faixas de domínio. O Grupo já chegou a uma conclusão e os resultados deverão ser apresentados em breve. A ABDER vem se articulando com o DNIT, para o disciplinamento da exploração onerosa das faixas de domínio de rodovias.

[Voltar](#)

FÓRUM NA INTERNET

A ABDER possui um fórum de discussões na Internet para e entre os seus Grupos de Trabalho, com o objetivo de manter, de forma permanente e contínua, as discussões de todos os membros do Grupo. Hoje os grupos estão cada vez mais se utilizando deste expediente para evitar as reuniões pessoais e deslocamentos que oneram os DERs.

[Voltar](#)

EM BUSCA DE PERSPECTIVAS OTIMISTAS PARA 2005



Estamos aguardando a regulamentação das Parcerias Público-Privadas-PPP, para ver até que ponto se poderá utilizá-la em benefício do Poder Público e, em nosso caso, as estradas e os órgãos rodoviários estaduais. Preocupa-nos, nesse momento, os últimos acontecimentos que vêm ocorrendo nas rodovias federais e acarretando perda de divisas e, principalmente, de vidas humanas, em consequência da má conservação das estradas brasileiras, como é o caso da BR-116, onde a queda de uma ponte, no estado do Paraná, resultou em morte e interrupção de tráfego. A nosso ver a BR-116, é um sinal de alerta para o estado de "calamidade pública" em que se encontram as estradas federais do País, e a falta de perspectiva de ações governamentais urgentes que possam mudar esta triste constatação. São acontecimentos que não se pode admitir em vista da existência da CIDE-Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico e que arrecadou, desde 2002, cerca de R\$ 23,8 bilhões. Esse dinheiro que deveria ser usado para a infra-estrutura de transportes foi utilizado, em sua maior parte, para fazer superávit.

Outra questão que nos aflige diz respeito a implicações da MP 82 que transferiu trechos das rodovias federais para os estados e teve sua eficácia contestada, gerando um impasse que prejudica ainda mais os usuários das rodovias federais, uma vez que as transferências feitas pelo governo federal não foi acompanhada dos recursos suficientes e necessários a manutenção e conservação da malha viária em questão.

No entanto, há uma luz no fim do túnel que nos diz que o Brasil irá sofrer transformações que trazem esperanças de que muito em breve os olhos do governo irão se concentrar num dos maiores patrimônios públicos da Nação: as rodovias brasileiras. Uma série de iniciativas de órgãos federais ligados ao setor nos apontam este caminho e a ABDER, cumprindo

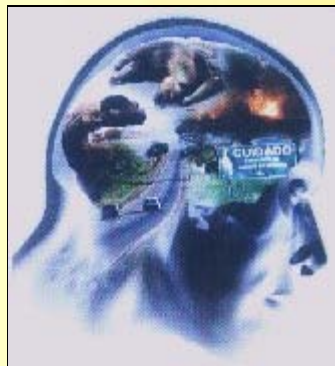
seus compromissos com a causa rodoviária, acompanha passo a passo as iniciativas para o setor, tanto as que buscam aprimorá-lo quanto as que vão de encontro aos interesses dos órgãos rodoviários estaduais.

Em 2005 continuaremos exercendo nosso papel fundamental de monitorar os acontecimentos que envolvem o setor de transportes afetos aos órgãos rodoviários estaduais, com os olhos voltados, especialmente, para o Congresso Nacional, onde buscaremos dispositivos legais para a garantia de destinação de recursos para o setor rodoviário.

Em sua programação interna, a ABDER vem reunindo sistematicamente sua diretoria para analisar os principais acontecimentos que envolvem o setor de transportes e encaminhar ações que possam influir nessas questões.

[Voltar](#)

PROPOSTA DE GESTÃO VIÁRIA E AMBIENTAL PARA A AGETOP/GO RECEBE PRÊMIO DO CREA



Preocupado em oferecer subsídios à Agência Goiana de Transportes e Obras (Agetop) para o alcance da Ecoeficiência, um conceito preconizado hoje em todo o mundo, o engenheiro Victor Emmanuel dos Reis, especialista em Gestão Ambiental e gerente da Rede Física da Agetop, elaborou uma "Proposta de Gestão Viária e Ambiental". O trabalho acaba de ser premiado na Categoria Qualidade de Vida e Produção Mais Limpa, do Prêmio CREA Goiás de Meio Ambiente, que está em sua terceira edição.

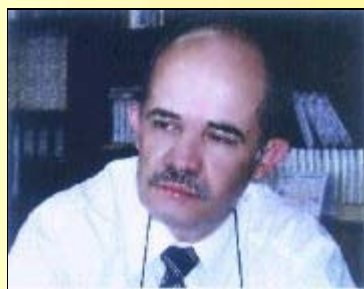
A proposta desenvolvida pelo engenheiro serve também de parâmetro para outros órgãos gestores de obras, uma vez que apresenta a utilização de "tecnologias limpas" nas diversas etapas de seus processos produtivos.

A "Proposta de Gestão Viária e Ambiental" desenvolvida pelo engenheiro da Agetop divide o prêmio CREA Goiás de Meio Ambiente deste ano com a empresa SAMA, mineradora de amianto. O prêmio foi entregue no dia 09 de dezembro de 2004, no Master Hall, em Goiânia.

Essa não é a primeira vez que Victor Emmanuel dos Reis tem seu trabalho reconhecido. Em 2001, o engenheiro ganhou o prêmio CREA (1ª edição), na categoria Geologia e Minas, com um estudo sobre recuperação de áreas degradadas em construções rodoviárias.

[Voltar](#)

ABDER TEM NOVO DIRETOR DE PROGRAMAS ESPECIAIS



O Engenheiro José Elcio Santos Monteze, Diretor Geral do DER-MG, assumiu, durante a última Assembleia Geral, a Diretoria de Programas Especiais da ABDER em substituição ao Eng. Renato Santana que deixou a direção do DER de Minas Gerais para José Elcio, um tema que deve prender a atenção da ABDER, neste momento é a Estadualização das Rodovias Federais, uma vez que ele defende a tese do governador de Minas Gerais, Aécio Neves, de que o governo federal repasse integralmente a CIDE para que os estados possam assumir a manutenção e conservação das rodovias federais.

José Elcio 49 anos, ingressou por concurso no serviço público estadual em 1977, ocupando vários cargos de Chefia e Vice-Diretoria no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER/MG. Foi nomeado Chefe do 6º Distrito Rodoviário Federal (DRF) do DNER em junho de 1999. Em maio de 2002 assumiu o cargo de Coordenador da 6ª Unidade de Infra- Estrutura de Terrestre (UNIT) do DNIT e atualmente está a frente do DER-MG.

[Voltar](#)

ABDER ANALISA ARRECADAÇÃO E REPASSES DA CIDE

Conforme levantamento da ABDER, junto ao Tesouro Nacional e Banco do Brasil, em 2004 foram arrecadados R\$ 7,8 bilhões, sendo que o governo federal contingenciou 20%, relativos à Desvinculação de Receitas da União - DRU, restando R\$ 6,2 bilhões conforme previa a Medida Provisória 161, de 2004, já convertida na Lei nº 10.866. Desse montante, R\$ 1,68 bilhão foi repassado aos estados e municípios, num percentual de 25% relativos ao primeiro e segundo



trimestres e 29% relativos ao terceiro e quarto trimestres de 2004, descontados os 21 dias de janeiro quando da publicação da MP 161. A lei determina que 29% da arrecadação da CIDE seja repartida entre estados e municípios, cabendo 75% aos estados e 25% aos municípios, sendo que 2004 foi o primeiro ano em que estes puderam contar com os recursos.

Foi repassado R\$ 1,16 bilhão aos Estados, que vêm aplicando os recursos na infra-estrutura de transportes, principalmente, na manutenção e conservação das rodovias estaduais e, alguns, já almejam um dia contar com o percentual que fica com a União para que cada ente da federação assumira a responsabilidade, também, pela conservação e manutenção da malha rodoviária federal que corta cada estado. Este é um tema que vem sendo discutido dentro do programa de

estadualização das rodovias federais, sendo que alguns governadores, como o de Minas Gerais, mediante o total repasse dos recursos da CIDE, o que, inclusive, já foi proposto ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelo governador mineiro, justificando que o Governo Federal tem aplicado poucos recursos na malha federal, muito aquém do necessário, e, a continuar desta forma, melhor seria que toda malha e os recursos provenientes da CIDE sejam repassados à Minas Gerais, pois o governo estadual, com recursos próprios e do Fundo Estadual de Transportes, tem melhores condições de aplicá-los corretamente.

Por outro lado, há os que defendem que o governo federal utilize os recursos da CIDE para a recuperação da Malha Rodoviária Federal, como o deputado federal Eduardo Paes (PSDB-RJ), argumentando que a CIDE é uma contribuição diferente dos impostos tradicionais, porque foi criada com o propósito específico de recuperar a infra-estrutura de transportes. Para o deputado Eduardo Paes o maior problema do Brasil hoje é a situação de suas estradas, em que pese haver uma contribuição vinculada para a manutenção deste patrimônio e justifica questionando: "por que não existe CIDE para outros setores? Porque a estrada é fundamental para o desenvolvimento do país e, neste momento, o que se espera é que o governo federal faça a sua parte na conservação da malha rodoviária federal, utilizando os recursos da contribuição vinculada para este fim."

Uma explicação dada pelo Analista de Finanças, Vanderlei Saldanha, assessor da Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados, baseada em dados extraídos do SIAFI, mostra que em 2004, o governo federal deveria ter aplicado os recursos da CIDE R\$ 1,04 bilhão na infra-estrutura de transportes, mas empenhou apenas R\$ 504 milhões, sendo que destes, R\$ 226 milhões ficaram como restos a pagar, o que prejudica, de certa forma, o setor rodoviário que se ressentido de uma malha federal conservada e em boas condições de trafegabilidade.

Existe, com relação a CIDE, uma discussão em torno dos números da arrecadação, em relação a Receita Federal e Tesouro Nacional e esta explicação é dada pelo Analista Vanderlei: "Muitas vezes a receita federal abate da arrecadação valores restituídos a pedido do contribuinte e não informa ao Tesouro Nacional, que mantém oficialmente o valor inicial informado pela receita, enquanto a receita mantém oficialmente em seus informes os valores da arrecadação já descontadas as restituições. No entanto, há uma dúvida a dirimir na questão da arrecadação que no ano de 2003 foi de R\$ 8,4 bilhões, enquanto em 2004 foi de R\$ 7,8 bilhões, portanto uma queda de 7,02%.

O Analista de Finanças do Tesouro Nacional Lázaro Campos esclarece que a estimativa de repasse dos recursos da CIDE para o estados e municípios em 2005 é de R\$ 1,87 bilhão, maior que em 2004, ressaltando que esta previsão inclui a arrecadação do último trimestre de 2004 e, por outro lado, exclui a previsão de arrecadação do último trimestre de 2005. Explica que: "isso acontece porque em 2004 foi repassado apenas a arrecadação de janeiro a setembro devido a legislação estabelecer que o primeiro trimestre se credita até o 8º dia útil, por isso o último trimestre de 2004 está sendo pago em 2005."

Voltar

ESTADUALIZAÇÃO FOI TEMA DE REUNIÃO DO GRUPO DE PROCURADORES JURÍDICOS

A Estadualização das rodovias federais tem se tornando um tema abrangente e discutido em todas as instâncias da ABDER. No dia 24 de fevereiro, procuradores, Advogados e Assessores Jurídicos dos órgãos rodoviários estaduais e dos Estados debateram, na sede da ABDER, em Brasília, sobre a Medida Provisória nº82, de 07 de dezembro de 2002, com o objetivo de estabelecer um entendimento jurídico único acerca da MP que dispôs sobre a transferência da União para os Estados e o Distrito Federal de parte da malha rodoviária sob jurisdição federal.

Ainda não foi possível ao grupo chegar a um entendimento, uma vez que há posi-cionamentos jurídicos diversos com soluções diferentes. No entanto, houve um entendimento consensual de que a Medida Provisória 82/02, enquanto vigente, mantém as relações jurídicas que dela decorreram, como consequência do ato jurídico perfeito, em face do disposto no § 11 do art. 62 da Constituição Federal, o que avaliza que os atos praticados durante a vigência da MP 82, conservam-se eficazes no tempo. Os guardiões legais dos órgãos rodoviários Estaduais garantem que estarão a frente das discussões para dirimir qualquer dúvida com a nova proposta de estadualização das rodovias federais para evitar os constrangimentos trazidos pela MP 82. Atualmente, os jurídicos dos órgãos rodoviários estaduais prevêm, inclusive, a possibilidade de se pleitear a diferença suficiente para adequar à realidade de cada uma das rodovias, ou de não recebimento das rodovias transferidas, ante a incapacidade de torná-las transitáveis com o valor recebido de R\$ 130.000,00 por quilômetro.

Em síntese, o Grupo de Trabalho Procuradores Jurídicos da ABDER entende que a utilização da via judicial para resolver as questões pendentes da MP 82 não é recomendável, tendo em vista os reais prejuízos que sofrerão os usuários enquanto durar o litígio, razão pela qual aponta a negociação como meio mais prático de se chegar a um acordo consensual.

Voltar

ROSEMBERG DEFENDE ESTADUALIZAÇÃO COM GESTÃO INTEGRADA



O Engenheiro Carlos Rosenberg, Presidente da Agência Goiana de Transportes e Obras - AGETOP, com sua vasta folha de serviços prestados ao rodoviário goiano é também defensor intransigente de que a Estadualização das rodovias federais deve passar pela garantia de recursos da CIDE para a manutenção sustentável no estado de Goiás.

Para ele é preciso integrar os órgãos federais do setor transporte existentes nos estados para um programa de gestão integrada para o gerenciamento da malha federal que for estadualizada, dotando-as de condições adequadas de tráfego, oferecendo, eficiência, segurança e rapidez, para estimular o desenvolvimento da economia do Estado.

"Na medida em que há falta de investimento na rede federal, é claro que o programa que a gente desenvolve hoje para as rodovias estaduais fica com problemas. O papel das rodovias estaduais é secundário, é um papel de alimentador da rede federal, que é a principal no Estado e no País. As rodovias estaduais sempre tiveram esse papel secundário dentro do modelo de transporte do nosso país. Mesmo que os Estados façam esse trabalho, se o governo federal não faz os investimentos que precisa fazer, a gente tem problemas na malha estadual, porque o tráfego sai das rodovias federais e vem para as rodovias estaduais, que são rodovias que não são dimensionadas nem para a carga, nem para o tráfego que existe hoje nas rodovias federais.

Carlos Rosenberg mantém sua inspiração no escritor inglês Edmund Burke, para sentenciar que: "Governar é a arte de eleger prioridades." E, ao seu ver as estradas são prioritárias e hoje a prioridade do Estado é a conservação da malha rodoviária que corta o Estado.

Ele salienta ainda a importância do Programa de Parceria Público Privada, como um instrumento capaz de alavancar as demandas de infra-estrutura que o País tem em médio e em logo prazo e para o saneamento dos gargalos existentes. Segundo ela se o governo tiver a contrapartida terá como atrair capital privado para fazer investimento, desde que a regra do jogo esteja definida - o capital privado investe se tiver os marcos regulatórios bem-definidos.

Voltar

GPA - Sistema de Gestão do Passivo Ambiental



Com a crescente preocupação ecológica e as novas exigências dos agentes financiadores internacionais de inclusão da variável ambiental para liberação de financiamentos, houve o despertar das organizações rodoviárias para necessidade de investimentos de recursos materiais e humanos no setor, a fim de prevenir, mitigar ou compensar os impactos ambientais decorrentes da implantação das obras de infra-estrutura de transportes.

Atenta a esse contexto, a Softplan/Poligraph desenvolveu o Sistema de Gestão do Passivo Ambiental - uma ferramenta poderosa para o cadastro e a geração de um banco de dados contendo o levantamento dos passivos ambientais presentes na malha rodoviária bem como a definição das medidas mitigadoras necessárias à sua recuperação.

No GPA são feitos orçamentos dos serviços necessários à recuperação dos passivos, o que inclusive auxilia o processo de licitação. Podem ser


Cadastro de Inventário de Passivo Ambiental

Passivo: 74
 Rodovia: R1001 RODOVA DO OURO
 Trecho: 456 R1456 Vila Séviano - Contorno Leste de Cerro Azul
 Tipo Passivo: 3 Corte
 Data Levantamento: 25/09/2004 PS

Caracterização | Dimensões | Diagnóstico | Riscos | Fotos

Data	Título	Principal
25/09/2004	Voão à montante	<input checked="" type="checkbox"/>
25/09/2004	Detalhe sistema de drenagem	<input type="checkbox"/>

Observação:
 Escorregamento de talude resultante de material pouco coeso, rocha muito alterada, mergulho das camadas sub-paralelas à inclinação do talude e ausência de valeta de cinto e valeta de pé de corte.



Limpa | Restaura | Impõe | Fecha

Tela de cadastro de inventário do passivo ambiental

obtidos gráficos e relatórios das quantidades previstas e executadas, além dos recursos para visualização atualizada dos passivos ambientais no mapa rodoviário. A presença dos diagramas unifilares é um diferencial, apoiando na análise e definição das prioridades de reabilitação de cada área degradada.

(48) 3027 8000

www.softplan.com.br

Voltar